

RECURSO ESPECIAL Nº 1.635.511 - RS (2016/0285415-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : JOSOE GEORGES REMIGUI
ADVOGADO : MARCELO ANDRADE LEZAMA E OUTRO(S) - RS056500
RECORRIDO : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS : SERGIO BERMUDES - RJ017587
ALEX SANDRO OLTRAMARI - RS060496
SABRINA HELENA KLEIN - RS075127A
MATHEUS PINTO DE ALMEIDA E OUTRO(S) - RJ172498

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSOÉ GEORGES REMIGUI, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"Apelação cível. Seguros. DPVAT. Lei n.º 6.194/74. Invalidez permanente. Aplicação da tabela para o cálculo de indenização em caso de invalidez permanente. Cabimento. Indenização que deve corresponder ao grau de debilidade da vítima. Lesão Parcial Completa. Amputação dedos das mãos. Legalidade do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer normas referentes ao pagamento das indenizações. Aplicação do artigo 30, §10, inciso II, da lei n.º 6.194/74 c/c artigo 333, I, do Código de Processo Civil e Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça. Correção Monetária. Princípio da Reformatio in Pejus. Sentença mantida. Redução da Verba honorária sucumbências. Cabimento. Inaplicabilidade da multa prevista no art. 475 - J do CPC. À unanimidade, deram parcial provimento ao apelo." (e-STJ, fl. 146)

Opostos embargos declaratórios, estes foram acolhidos com efeito infringente, restando assim ementados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. MATÉRIA NÃO PRECLUSA. OMISSÃO SANADA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Conforme se verifica dos autos a parte embargante manifestou-se ainda em sede de instrução probatória, salientando a inexistência do nexo causal e a ausência de cobertura do seguro DPVAT, afirmando que o autor estava fazendo manutenção da sua motocicleta em sua residência, não caracterizando assim, acidente de trânsito. Conforme se verifica

dos fatos posto aos autos e confirmados pela prova pericial, inexistente qualquer relação das lesões com qualquer suposto acidente de trânsito. Embora a Lei n. 6.194/74 disponha sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores, inexistente relação direta entre o fato narrado pelo autor e um acidente de trânsito propriamente dito. Apelação provida. Sentença reformada. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITO INFRINGENTE" (e-STJ, fl. 177)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação aos arts. 336 e 342 do Código de Processo Civil de 2015 e art. 5º da Lei 6.194/74, sustentando, em síntese (a) que houve a preclusão do argumento de que não caberia o pagamento de indenização securitária em virtude de a recorrida não tê-lo apresentado em sua contestação, havendo inovação recursal e (b) que não há previsão de ausência de cobertura em relação ao acidente sofrido, havendo comprovação do nexo causal entre o acidente e o veículo.

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*"

Com relação à suposta violação aos arts. 336 e 342 do CPC/15, o Tribunal de origem afirmou que a recorrida se manifestou acerca da tese defensiva em sede de instrução probatória, após ter sido intimada a se manifestar sobre o laudo pericial, o que afasta qualquer alegação de preclusão da matéria, *verbis*:

"Refere o embargante que a matéria não restou preclusa, vez que intimada para se manifestar do laudo pericial discorreu que o acidente noticiado não se enquadrava entre aqueles possíveis de indenização em decorrência do Seguro Obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores, sendo, portanto, enfrentado o ponto.

Conforme se verifica dos autos a parte embargante manifestou-se à fls. 83185, ainda em sede de instrução probatória, salientando a inexistência do nexo causal e a ausência de cobertura do seguro DPVAT, afirmando que o autor estava fazendo manutenção da sua motocicleta em sua residência, não caracterizando assim, acidente de trânsito.

Superior Tribunal de Justiça

A sentença não aborda o assunto, vez que enfrenta as preliminares suscitadas e fundamenta a sua decisão na necessidade da graduação da invalidez e o percentual da lesão.

Em que pese a parte não tenha oposto Embargos de Declaração para sanar a omissão, tenho que não restou preclusa a matéria pelo que passo a enfrentá-la." (e-STJ, fl. 179).

O fundamento de que houve manifestação prévia por parte do recorrido em sede de instrução probatória, o que afasta a preclusão não foi objeto de impugnação e é suficiente, por si só, a manter a decisão da Corte de origem nesse ponto, o que atrai, na hipótese, a incidência por analogia das Súmula 283 e 284 do Supremo Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. MONTADORA DE VEÍCULOS. CONCESSIONÁRIAS. SOLIDARIEDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

2. "A fornecedora de veículos automotores para revenda - montadora concedente - é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos (concessionária) diante do consumidor, ou seja, há responsabilidade de quaisquer dos integrantes da cadeia de fornecimento que dela se beneficia. Precedentes" (AgRg no AREsp 629.301/SP, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 13/11/2015).

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 495.367/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2017, DJe 28/03/2017)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. TÍTULO EXECUTIVO. FIANÇA. PRORROGAÇÃO. VALIDADE. MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO. REVISÃO. INVIABILIDADE. REEXAME CONTRATUAL E FÁTICO-PROBATÓRIO. ENUNCIADOS 5 E 7 DA SÚMULA DO STJ. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. O acórdão recorrido analisou todas as questões necessárias ao

deslinde da controvérsia, não se configurando omissão alguma ou negativa de prestação jurisdicional.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar conteúdo contratual (Súmula 5/STJ), bem como matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

3. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

4. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte, acerca da prorrogação da fiança. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AgInt no AREsp 901.692/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 23/03/2017)

Com relação ao segundo ponto da irresignação, o acórdão ora recorrido afirmou ter o fato ocorrido em virtude da manutenção do veículo, não restando configurado acidente automobilístico abrangido pela lei 6.194/74, *in verbis*:

"Ademais o laudo pericial de fls. 78, reafirma as declarações postas pela vítima e ora autora de que o acidente se deu em sua residência quando fazia a manutenção de sua moto.

*Conforme se verifica dos fatos posto aos autos e confirmados pela prova pericial, **inexiste qualquer relação das lesões com qualquer suposto acidente de trânsito.***

*Embora a Lei nº. 6.194/74 disponha sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores, **inexiste relação direta entre o fato narrado pelo autor e um acidente de trânsito propriamente dito.***

Nesse ínterim entendo que se trata de caso peculiar, por mais que seja forçoso tentar estabelecer uma relação jurídica base, restou evidente nos autos que não houve acidente automobilístico, não havendo como visualizar um liame jurídico com a aplicação da Lei do Seguro DPVAT.

Nestas circunstâncias, conforme se aúfere dos fatos narrados, o demandante não estava transitando com a motocicleta no momento do sinistro não tendo a parte autora comprovado o nexo de causalidade entre as lesões suportadas e o acidente automobilístico, ônus que lhe incumbia, na forma do art. 333, 1, do CPC/1973, a reforma da sentença é medida que se impõe." (e-STJ, fl. 180).

É entendimento deste Superior Tribunal de Justiça que a cobertura do seguro

DPVAT pressupõe que o veículo automotor tenha relação com a causa determinante do dano sofrido e que não seja mera concausa passiva do acidente. Vejamos:

"RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO DPVAT. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. CABIMENTO. REQUISITOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO, DANO PESSOAL E NEXO CAUSAL. VEÍCULO SOB REPARO. VIA PÚBLICA. MOVIMENTAÇÃO PRESERVADA. CAUSA DETERMINANTE NO INFORTÚNIO. PARTICIPAÇÃO ATIVA. INVALIDEZ PERMANENTE. CARACTERIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO.

1. Cinge-se a controvérsia a saber se o acidente sofrido pelo recorrido e que lhe acarretou invalidez parcial permanente está coberto pelo Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT).

2. O seguro DPVAT possui a natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil, de cunho eminentemente social, criado pela Lei nº 6.197/1974 para indenizar os beneficiários ou as vítimas de acidentes, incluído o responsável pelo infortúnio, envolvendo veículo automotor terrestre (urbano, rodoviário e agrícola) ou a carga transportada, e que sofreram dano pessoal, independentemente de culpa ou da identificação do causador do dano.

3. A configuração de um fato como acidente de trabalho, a possibilitar eventual indenização previdenciária, não impede a sua caracterização como sinistro coberto pelo seguro obrigatório DPVAT desde que também estejam presentes seus elementos constituintes: acidente causado por veículo automotor, dano pessoal e relação de causalidade. Precedentes.

4. Embora a regra no seguro DPVAT seja o sinistro ocorrer em via pública, com o veículo em circulação, há hipóteses, excepcionais, em que o desastre pode se dar com o veículo parado ou estacionado, a exemplo de explosões, incêndios e danos oriundos de falha mecânica ou elétrica a prejudicar o condutor ou terceiros. O essencial é que o veículo seja o causador do dano - mesmo que não esteja em trânsito - e não mera concausa passiva do acidente, como sói acontecer em condutas imputáveis à própria vítima quando cai de um automóvel inerte, sendo este apenas parte do cenário do infortúnio.

5. Se o veículo de via terrestre, apesar de estar sob reparos, em funcionamento, teve participação ativa no acidente, a provocar danos pessoais graves em usuário, não consistindo em mera concausa passiva, há a hipótese de incidência do seguro DPVAT. No caso, o caminhão foi a razão determinante da invalidez

permanente do autor, sendo evidente a relação de causalidade (nexo causal).

6. A Segunda Seção deste Tribunal Superior, ao julgar o REsp nº 1.483.620/SC, submetido ao rito dos recursos repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil), consagrou o entendimento de que a incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso até o dia do efetivo pagamento. Incidência da Súmula nº 43/STJ.

7. Recurso especial não provido."

(REsp 1358961/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 18/09/2015)

"CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS DE VIA TERRESTRE (DPVAT). QUEDA DURANTE VERIFICAÇÃO DE CARGA. INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO CAUSAL. AUSENTE.

1. O seguro obrigatório (DPVAT) é contrato legal, de cunho social, regulamentado pela Lei n.º 6.194/74, em que o segurado é indeterminado. Ele tem por objetivo a reparação por eventual dano pessoal, independente de juízo de valor acerca da existência de culpa. Ou seja, **para que o sinistro seja considerado protegido pelo seguro DPVAT, é necessário que ele tenha sido ocasionado pelo uso de veículo automotor.**

2. Considerando que o uso comum que se dá ao veículo é a circulação em área pública, em regra, os sinistros que porventura ocorram somente serão cobertos pelo seguro obrigatório quando o acidente ocorrer com pelo menos um veículo em movimento. Entretanto, é possível imaginar hipóteses excepcionais em que o veículo parado cause danos indenizáveis. Para isso, seria necessário que o próprio veículo ou a sua carga, causasse dano a seu condutor ou a um terceiro.

3. Na hipótese, o veículo automotor não foi a causa determinante do dano sofrido pelo recorrente, sendo, portanto, incabível a indenização securitária.

4. Recurso especial não provido."

(REsp 1182871/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/05/2012, DJe 10/05/2012)

Note-se que o entendimento do Tribunal de origem, no sentido do que o acidente ocorreu em virtude da manutenção do veículo realizada pelo próprio recorrente e não em decorrência de acidente automobilístico causado pelo uso do mesmo, está em

Superior Tribunal de Justiça

conformidade com o entendimento deste Superior Tribunal, não havendo que se falar em sua reforma. Incidência da Súmula 83/STJ.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial. Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), observada a concessão de justiça gratuita no presente caso.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator